

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL RDA

ANO 18 • 70 • ABRIL-JUNHO • 2013

COORDENAÇÃO:
ELADIO LECEY
SÍLVIA CAPPELLI

PUBLICAÇÃO OFICIAL



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

1. Direito social, o meio ambiente e o desenvolvimento – Reflexões em torno de um caso de sucesso
RONALDO PORTO MACEDO JÚNIOR 13

AMBIENTAL – CONSTITUCIONAL

1. Notas sobre a LC 140/2011
FERNANDO CAVALCANTI WALCACER, VIRGÍNIA TOTTI GUIMARÃES, ANA CRISTINA MAXIMO DA SILVA, TATIANA VIEIRA DE MORAES, BRUNO LÚCIO MOREIRA
MANZOLILLO, LEILA POSE SANCHES E JOÃO BERNARDO CASALI 39

BIODIVERSIDADE

1. O novo Código Florestal e a averbação da reserva legal no registro de imóveis
LEONARDO CASTRO MAIA..... 77
2. Conflito de interesses na criação de unidades de conservação e repartição de competências
NICOLAO DINO NETO 101
3. A fixação de vazões de referência adequadas como instrumento de segurança jurídica e sustentabilidade ambiental na concessão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos
MARIA LUIZA MACHADO GRANZIERA..... 127

AMBIENTAL – ECONÔMICO

1. Seguro ambiental: possíveis razões para o precário desenvolvimento do produto no Brasil
AUGUSTO FRANKE DAHINTEN..... 151

AMBIENTAL – URBANO E PATRIMÔNIO CULTURAL

1. Estatuto da Cidade e instrumentos de política urbana para valorização do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e ambiental
JANAÍNA RIGO SANTIN 195

2. Tombamento como precípua mecanismo de proteção do patrimônio cultural material nacional

CÉLIA REGINA FERRARI FAGANELLO NOIRTIN, MARIA AMÉLIA CAVALCANTE MACEDO
E ALEX BORGES DE BARROS RIBEIRO

215

TRABALHOS FORENSES

1. Ações diretas de inconstitucionalidade – Novo Código Florestal –
ADIn 4.902

247

2. Ações diretas de inconstitucionalidade – Novo Código Florestal –
ADIn 4.903

269

3. Ação civil pública – Ministério Público contra Sabesp

297

4. Parecer em ação civil pública ajuizada pela organização não
governamental Associação Bichoterapia para restringir o uso de
veículos de tração animal na coleta irregular de resíduos sólidos
no Município de Porto Alegre. Necessidade de adoção de políticas
para profissionalização e recuperação dos carroceiros

LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ

369

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

1. Acórdãos

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL – Óbice previsto na Súmula 7 do STJ que não é apli-
cável ao feito em análise • RECURSO ESPECIAL – Irresignação fundada
em divergência jurisprudencial – Notoriedade do dissídio que permite a
mitigação dos requisitos exigidos para a interposição do recurso • DANO
AMBIENTAL – Indenização – Responsabilidade civil objetiva – Pleito for-
mulado contra acórdão proferido por tribunal de justiça – Pescadores que
alegam prejuízos em decorrência da construção de usina hidrelétrica –
Teoria do risco da atividade que impõe à concessionária de serviço público
reparar os danos causados, independentemente da existência de culpa

Resenha por EVELINE DE MAGALHÃES WERNER RODRIGUES E PATRYCK DE
ARAÚJO AYALA

377

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

DANO AMBIENTAL – Responsabilidade civil – Indenização – Danos material
e moral coletivo – Desmatamento ilegal em terra indígena – Agentes que
promovem extração e furto de madeira de terras da propriedade da União

Resenha por LAÍS BATISTUTA SILVA E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA

396

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.^a REGIÃO

TUTELA ANTECIPATÓRIA – Ação civil pública – Meio ambiente – Imóvel supostamente situado sobre dunas, terreno de Marinha – Decisão judicial que obriga o réu a afixar placa informando tratar-se de imóvel *sub judice* – Placa de cunho pedagógico que é necessária à conscientização da população, bem como daqueles que pretendam edificar em área de preservação permanente

Resenha por RAFAELA EMÍLIA BORTOLINI E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 404

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – Meio ambiente – Faixas não edificáveis, em áreas de preservação permanente, ao longo de cursos d'água situados em região urbana – Aplicação da Lei 6.766/1979 à presente hipótese – Licença ambiental que determina limites menores que os exigidos pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano e pelo Código Florestal, vigente à época

Resenha por PAULA GALBIATTI SILVEIRA E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA 411

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Poluição sonora – Determinação judicial que obriga a parte demandada a se adequar à diferentes limites sonoros entre o período noturno e diurno – Igreja que soa os sinos, várias vezes ao dia, em volume acima dos níveis permitidos – Limites de horário que podem ser definidos pela autoridade competente, conforme os hábitos da população, respeitando-se, contudo, o repouso noturno

Resenha por DANIELE GALVÃO DE SOUSA SANTOS..... 418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – Meio ambiente – Omissão da União que autoriza o Município a legislar supletivamente sobre matéria ambiental

• MANDADO DE SEGURANÇA – Medida liminar – Mineradora que pretende autorização para pesquisa e possível extração futura de areia, em área municipal – Pretensão que pode ocasionar danos irreversíveis ao meio ambiente

Resenha por PAULA GALBIATTI SILVEIRA E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA 423

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 429